

Via alternativa: publicizar



O O M E Z

» CRISTOVAM BUARQUE

Professor emérito da Universidade de Brasília (UnB)

Faz anos que os analistas e militantes políticos denunciam e reclamam da política dividida em extremos e, por isso, tentam defender a ideia de uma terceira via, esquecendo que o problema dos polos não está em suas posições extremas, mas no fato que ambos são conservadores em suas posições antigas e nostálgicas. Estão obsoletos, não apresentam novas ideias para o futuro diferente que o progresso requer. Mais grave, a terceira via se limita a dizer que nem é de um lado nem é do outro, sem apresentar uma via alternativa. A política brasileira está dividida entre dois polos obsoletos e um centro vazio.

Um exemplo do obsoletismo está na visão, no lado que se considera esquerda, de que o bom funcionamento da economia depende da estratégia usada no século passado do controle e da tutela do Banco Central pelo Estado. Do outro lado, que se considera direita, a visão é ainda mais obsoleta do fim do papel do Estado na economia. No meio disso, a terceira via não apresenta uma alternativa para o papel do Estado na estratégia de crescimento econômico.

A falta desta visão alternativa aos polos faz com que a terceira via fique vazia, ora para um lado, ora para o outro, dos dois extremos. Um dos pontos dessa oscilação é a maneira como se enfrenta a questão das estatais. Um polo defende, nostálgicamente, a manutenção delas, como se o Estado fosse sinônimo do público, e o setor privado fosse necessariamente contrário ao interesse público. O outro polo, ainda mais nostálgicamente, defende o tempo em que as estatais

não existiam e propõe a privatização generalizada como condição para dinamizar a economia. No autointitulado centro, a terceira via não apresenta visão própria para o assunto e fica oscilando.

A calcificação das forças políticas em extremos deixa a política brasileira dividida entre privatizar as atuais empresas estatais, mesmo que isso tire delas o papel estratégico para o país, ou manter as estatais nas mãos do Estado, mesmo que elas sigam ineficientes, sem compromisso público e servindo aos interesses dos seus servidores e dos partidos no poder. Ainda reclamam dos eleitores que não se seduzem por uma terceira via que não diz o que propõe, em substituição aos extremos. O eleitor fica órfão de propostas.

Uma alternativa seria defender a submissão das empresas, privadas ou estatais, ao serviço de interesse do público e da nação. As empresas privadas com papel público graças a: eficiência na produção para atender às demandas da população, garantia de preços reduzidos pela competição livre no mercado, criação de emprego, pagamento de impostos, obtenção de lucros para aumentar a poupança e investimentos, inovar e dar qualidade ao produto e conquistar competitividade internacional. Ao contrário desse propósito de servir ao interesse público, muitos dos que defendem o setor privado querem: subsídios públicos para cobrir a ineficiência de suas empresas, pagar o mínimo ou mesmo sonegar impostos, usar o lucro para financiar consumos conspícuos de seus donos, sem preocupação com inovação e geração de emprego, aceitando desemprego e

arrocho de salários, além de constante e perversa degradação social.

Por outro lado, os que defendem a estatização consideram que estatal é sinônimo de público e, com empreguismo, fecham os olhos à corrupção, à ineficiência e ao desrespeito com que os usuários dos serviços estatais são tratados. Consideram pública uma estatal já que está privatizada em benefício de seus dirigentes e servidores, tratam como público um hospital ou uma escola sem qualidade e sem atendimento correto a seus pacientes ou alunos. Usa-se até mesmo a nobre ideia de democracia para defender que a estatal pertence aos seus empregados, e não a todo o povo brasileiro. Além da miopia ideológica decorrente do vício de ver o interesse do público como sinônimo de estatal, o eleitoralismo e fisiologismo dos partidos impedem optar por eficiência sem corrupção, sem empreguismo e com compromisso das estatais com o povo brasileiro.

No lugar de reclamar da calcificação dos extremos, a via alternativa deve defender a publicização da atividade empresarial, algumas empresas servindo ao interesse público nas mãos do setor privado com eficiência, outras em mãos do Estado desde que servindo ao interesse público e não de seus servidores e dos políticos no poder. Mas é difícil pensar que uma acomodada terceira via se transforme em uma via alternativa. Provavelmente, ela vai continuar no vazio de um centro que reclama dos polos sem ter propostas próprias.

2024, sob o signo do aleatório. Crise do agro europeu rumo a lugar nenhum

» FERNANDO BARROS

Jornalista, especialista em comunicação estratégica; diretor executivo do Instituto Fórum do Futuro

Mal começa e 2024 prenuncia recordes estonteantes: de temperatura, de desgoverno, de disfuncionalidade e de descasamento crescente entre racionalidade e processos decisórios. Sob o signo da paixão, os agricultores europeus colocam os tratores na rua contra normas ambientais destinadas a conter as mudanças climáticas, como se uma atividade dependente do clima sobrevivesse sem ciência e regulação.

Enquanto isso, países relevantes da comunidade europeia turbinam práticas protecionistas contra o agro-tropical, atuando de braços dados com o preservacionismo radical, que combate qualquer racionalização progressista do modelo produtivo, especialmente na Amazônia. Um e outro seguem erigindo bloqueios táticos ao direito e ao dever do agro-tropical de existir e de garantir a segurança alimentar global.

Por caminhos insólitos, a polarização aciona o bumerangue da miséria social e ambiental: as dezenas de milhões de produtores da região hoje excluídas do mercado, da ciência e da tecnologia, ou retornam à Europa e aos Estados Unidos (EUA) sob a forma de hordas migratórias famélicas, ou ficam em seus territórios resignados à tarefa de desmatar e degradar o patrimônio natural como forma de sobrevivência.

É o efeito bumerangue: se correr, o clima pega; se ficar, a miséria come. A ideologia pode até vencer uma etapa, ocupar um fotograma, mas o filme da crise ecológica é muito maior do que o da geopolítica. Perdas no debate russo, as Nações Tropicais seguem o vaticínio de manada. Ou, como pontua o consultor Mário Salimon: “quem não tiver estratégia será inevitavelmente agente da estratégia de outrem”.

Em ano premiado com cerca de 50 eleições em todo o planeta, o diálogo propositivo é quase inexistente. A visão de curto prazo (a da próxima safra, do próximo voto...) é apenas contra ou a favor e quase sempre compromete caminhos estruturantes. No Sul e no Norte global, sobram atores políticos na defesa de pautas imediatistas e faltam lideranças conectadas com os desafios reais. Somos cada vez mais seres passionais diante de complexidades lógicas cada vez gigantescas.

Na prática, ou Europa e os EUA agem para conter a desagregação das sociedades tropicais ou vão conviver com a miséria alheia importada. No ténue equilíbrio contemporâneo, o esfacelamento dos Estados, seja no Equador ou no Sahel, desaba ao contínuo sobre Washington e Paris, com força para debilitar a governança mundial, escalar conflitos.

Oportunidades existem. Para os povos tropicais, a grande maioria concentrada no agro. Ajax Banga, presidente do Banco Mundial, adverte: “Nas nações mais pobres, é preciso produzir renda e empregos dignos e sustentáveis”. Como pacificar esse caminho sem organismos internacionais fortes, sem a participação da visão da ciência, sem uma perspectiva multipolar de gestão de pessoas e processos?

Os recursos naturais agora são bens raros. O modelo europeu não consegue resolver nem a segurança alimentar da França, o que dirá das 2 bilhões de bocas que até 2050 se somarão às 8 bilhões atuais, das quais 850 milhões dormem, hoje, com fome todas as noites.

O custo do “novo normal” não nasce de uma escolha ideológica, mas, sim, de uma equação técnica. A um só tempo temos: a população de países ricos que impõe normas para obter um alimento melhor para a saúde; bilhões de seres humanos que comemoram a chance de finalmente ter acesso a proteínas de origem animal; um crescimento demográfico da ordem de 200 mil pessoas/dia; mudanças drásticas no regime climático.

Nesse quadro, definir se o alojamento dos povos tropicais da oportunidade de um trabalho digno é, ou não, um crime contra os direitos humanos universais é mera discussão semântica. Essa realidade complexa exige um novo pacto civilizatório. Como produzir mais e melhor, garantir a sustentabilidade e reduzir a desigualdade social?

Nas crises, surgem novas lideranças. E o Brasil pode trazer uma boa notícia também nessa área. O empresário do mundo da soja, Cesar Borges de Sousa, está reunindo pesquisadores, produtores, gestores e comunicadores em sua Rede Soja sustentável — O Planeta e as pessoas em primeiro lugar. Já no primeiro evento, convoca o debate sobre a convivência entre soja e abelhas — algo tecnologicamente possível e estrategicamente necessário. “Produzir com mais sustentabilidade e interação com a sociedade não é sonho: é um imperativo do nosso tempo”, afirma. O ano de 2024 vai marcar nossas vidas. Vai surpreender?

Os caminhos para a paz

» ISAAC ROITMAN

Professor emérito da UnB, pesquisador emérito do CNPq, membro da Academia Brasileira de Ciências e do Movimento 2022–2030 O Brasil e o Mundo que Queremos

O poeta e pacifista russo, Evgueni Evtuchenko (1932–2017) em seu poema *Eu gostaria*, assim se expressou: “Eu gostaria de nascer em todos os países, sem passaportes / eu gostaria de ter felicidade, mas não às custas dos aprisionados / eu gostaria de estar em todas as eras, iria então desconcertar toda a História para deixá-la atordoada...”.

Na década de 80 do século passado, o poeta visitou a Universidade de Brasília, apresentando um recital no auditório da Reitoria. Na ocasião, falou que ficaria feliz em ver todas as fronteiras extintas e todos os passaportes queimados, o que causaria um grande pânico entre os diplomatas. A utopia de não termos países, mas, sim, uma sociedade planetária universal é baseada no desejo de termos uma verdadeira paz na sociedade humana. Existem registros de guerras há cerca de 4.500 anos. Nas guerras mais recentes, como consequência de avanços tecnológicos, as máquinas de matar fizeram com que os conflitos fizessem muito mais vítimas em menos tempo, aumentando as mortes e o sofrimento da população civil.

Esse cenário de horror ameaça as futuras gerações se não revertermos esse quadro por meio da implantação de uma cultura de paz planetária. Paz não é apenas a ausência de guerra entre os países. Paz é garantir que todas as pessoas tenham moradia, alimento, roupa, educação, saúde, cultura, amor e compreensão. Paz é cuidar do ambiente em que vivemos, garantir a qualidade da água, o saneamento básico, a

despoluição do ar, e o bom aproveitamento da terra. Paz é buscar serenidade dentro da gente para viver com alegria.

A verdadeira paz deve ser iniciada por meio de uma construção individual, pois o coletivo é fruto do individual. Ela só é possível se tivermos indivíduos pacíficos, tolerantes, desprovidos de preconceitos e atitudes discriminatórias. Paralelamente a indústria de armamentos precisa ser extinta. Enquanto tivermos países armados, em um mundo competitivo, onde se disputa ao domínio geopolítico, visando o domínio comercial, pouco se importando com o sofrimento das populações, as guerras serão consequências inevitáveis.

A conquista da paz passa também por ações governamentais, políticas públicas que proporcionem condições mínimas de vivência digna, com perspectiva de futuro para as novas gerações, criação de emprego para a população jovem e adulta, pela não discriminação do idoso, da mulher, ou do diferente, incluindo nessas diferenças a religião, a raça, a orientação sexual, o deficiente, o obeso, o índio, o estrangeiro. Há que ser percebido que a diferença enriquece, acrescenta e aprimora. Ao longo da história, vimos que os conflitos armados causam enormes prejuízos econômicos, sociais e humanos.

Guerras e conflitos violentos resultam na perda de vidas, na destruição de infraestruturas e na desestabilização de países e regiões inteiras. Além disso, a falta de paz gera um clima de insegurança

e medo, afetando diretamente a qualidade de vida das pessoas. A paz é uma jornada interior, e cada um de nós pode contribuir para um mundo mais pacífico através de nossas escolhas e atitudes. Ela proporciona um senso de equilíbrio e tranquilidade, permitindo lidar de forma mais eficaz com os desafios da vida. Quando conquistamos a paz interior, somos capazes de transmitir amor, compreensão e empatia com os outros.

É fundamental que, na educação formal e informal de nossas crianças e jovens, seja feita a promoção de valores éticos e de direitos humanos. Na história, os grandes líderes pacifistas nos ensinam que a não violência deve ser implantada, o que exige exercício contínuo e incansável do diálogo. Infelizmente, vivemos uma época em que carecemos de bons modelos éticos para guiar as nossas ações. Devemos, então, buscar nas mensagens de grandes líderes do passado a inspiração necessária para fazer a nossa parte na construção da cultura de paz. Entre outros, Mahatma Gandhi, Martin Luther King Jr., Dalai Lama, Albert Einstein, Nelson Mandela, Yitzhak Rabin, Madre Teresa de Calcutá e Amoz Oz. A jornada para a conquista da paz permanente é longa e precisa ser acelerada. Todos nós temos um papel importante a desempenhar na conquista de uma verdadeira e permanente paz. Lembremos o pensamento de Mahatma Gandhi: “Não existe um caminho para a paz. A paz é o caminho”.